



Número: 181

Data: 2021.06.25

No título: Ilha de São Miguel, Açores

Foto: André Craveiro

Destaques:

- ☑ [ALCANÇADO ACORDO INTERINSTITUCIONAL RELATIVO À REFORMA DA PAC;](#)
- ☑ [“PACOTE COESÃO” NO VALOR DE 243 MIL MILHÕES DE EUROS APROVADO PELO PARLAMENTO EUROPEU;](#)
 - ☑ [Lançamento do Programa Espacial da União Europeia;](#)
 - ☑ [Portugal reeleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental;](#)
- ☑ [Abertura do período de convites à apresentação de propostas para apoiar a formação, o desenvolvimento de competências e as carreiras dos investigadores;](#)
 - ☑ [Comunicação da Comissão Europeia sobre o FEAMPA.](#)

Nos próximos dias:

- ☞ [O LUGAR DAS REGIÕES NA UNIÃO EUROPEIA;](#)
- ☞ [Horizonte Europa: Jornadas Informativas 2021 \(28 de junho a 9 de julho\).](#)
- ☞ [CONSELHO AGRICULTURA E PESCAS;](#)
- ☞ [II ROTAS BELGO-PORTUGUESA PARA A ECONOMIA AZUL;](#)
- ☞ [145ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu;](#)
- ☞ [GLEX SUMMIT 2021.](#)



28 e 29 de junho



Conselho Agricultura e Pescas

Naquela que será última [reunião](#) dos ministros da agricultura da União Europeia sob a atual Presidência portuguesa do Conselho, os governantes deverão confirmar o acordo informal relativo à Reforma da PAC para que esta possa entrar em vigor em 2023. As negociações interinstitucionais abrangeram os três regulamentos que constituíram o pacote de Reforma da PAC e centraram-se em alguns dos pontos pendentes, incluindo: o orçamento mínimo para pagamentos diretos para os regimes ecológicos e o estabelecimento de um período de aprendizagem para os Estados-Membros; o nível mínimo obrigatório de convergência interna para os pagamentos diretos; uma maior redistribuição dos pagamentos diretos; a inclusão de uma dimensão social na PAC; e o alinhamento da PAC com o Pacto Ecológico Europeu.

Quanto à componente pescas, os ministros [assistirão](#) a uma apresentação da Comissão Europeia relativa à situação da Política Comum das Pescas e à consulta sobre as possibilidades de pesca para 2022. Seguir-se-á uma troca de pontos de vista entre os ministros. Todos os anos, o Conselho estabelece o total admissível de capturas e as quotas de pesca para as populações de peixes da UE, o que determina a quantidade de peixes (por população) que podem ser capturados anualmente nas águas da UE. Os ministros da UE procurarão igualmente estabelecer a posição do Conselho sobre um regulamento que altera as regras sobre o controlo das pescas. A revisão do regime de controlo das pescas visa modernizar e simplificar as regras de acompanhamento das atividades de pesca e assegurar a sua conformidade com a política comum das pescas.

28 de junho a 9 de julho



Horizonte Europa: Jornadas Informativas 2021

O [evento de 10 dias](#) dará a potenciais candidatos e outros interessados na investigação e inovação da UE a oportunidade de obter informações e fazer perguntas sobre os principais instrumentos de financiamento, assim como sobre as demais especificidades do [Programa de Investigação e Inovação da UE 2021 -2027](#).

As jornadas informativas estarão abertas à participação sem inscrição prévia. Serão abordados [9 temas](#), cada um com um programa de debates exclusivos e sessões práticas.

29 de junho



O lugar das Regiões na União Europeia

A atual pandemia tem realçado o papel fundamental das autoridades regionais e locais na prestação de cuidados de saúde e na recuperação social e económica. Continuarão a trazer o seu valor acrescentado às principais políticas da UE, em particular nas transições verdes e digitais, e no restabelecimento da confiança dos cidadãos. A Conferência sobre o Futuro da Europa dá uma oportunidade para refletir sobre o funcionamento da democracia na UE, e para reforçar a forma como as autoridades regionais e locais participam nos processos decisórios da UE, com base nos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade. Este [evento on-line](#) de alto nível reunirá representantes da UE e dos parlamentos e governos nacionais e regionais, para discutir o futuro papel das regiões na UE. Pretende-se que termine com a adoção e assinatura de uma declaração sobre esta questão. O registo deverá ser feito [aqui](#).

30 de junho



Conferência de Alto Nível da Recuperação

A Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, através do ministério das Finanças, promove a [Conferência de Alto Nível da Recuperação](#), com participação alargada de ministros das Finanças da UE, instituições europeias e académicos. Este evento contribuirá para a reflexão sobre a recuperação da economia europeia pós-COVID-19. A Cimeira da Recuperação lançará também o debate sobre o futuro da governação económica da UE e a necessidade de repensar o quadro de supervisão orçamental europeu.



A Natureza nas Cidades e as Cidades na Natureza

Além de demonstrar as vantagens das soluções urbanas baseadas na natureza – desde o desenvolvimento de percursos resilientes face às alterações climáticas até um vasto conjunto de benefícios ambientais e socioeconómicos –, este evento dará destaque às abordagens participativas locais enquanto alicerce para obter resultados de longo prazo, e à identificação de estratégias para elevado impacto através de abordagens inovadoras e de iniciativas concretas em diferente escalas e setores.

O [evento](#) irá centrar-se nas múltiplas vantagens das soluções urbanas baseadas na natureza, destacando-se as oportunidades e os desafios para desenvolver e ampliar esse tipo de soluções através de iniciativas locais e de soluções globais, assim acelerando o impacto em 2021 e nos anos seguintes.



“Preparar as Regiões para a Mudança Demográfica” – Evento conjunto da OCDE e da Comissão Europeia

Como podem os governos providenciar nos seus territórios serviços públicos de forma eficiente, sobretudo em locais com baixa densidade marcados pelo despovoamento e envelhecimento? Neste [evento](#) será discutido o papel das políticas na atenuação dos efeitos das alterações demográficas nos serviços públicos prestados, bem como serão apresentadas as principais conclusões do relatório conjunto OCDE-CCI “Acesso e Custo da Educação e Saúde”. Um painel internacional de peritos discutirá políticas testadas para assegurar a prestação de serviços eficientes e equitativos nas regiões rurais, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas relacionadas com oportunidades e desafios da prestação de serviços nas regiões da OCDE. [Programa](#) e [inscrições](#).



III Rotas Belgo-Portuguesas para a Economia Azul

Após o sucesso das primeiras Rotas Belgo-Portuguesas para a Economia Azul, em 2019, que se centrou na energia eólica offshore, da segunda edição, em 2020, organizada em torno da biodiversidade, a [Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa](#), irá organizar, no dia 30 de junho, as terceiras rotas dedicadas às infraestruturas inteligentes, digitalização, e monitorização do ambiente marinho e oceânico.

O evento “III Rotas Belgo-Portuguesas para a economia Azul” reunirá pioneiros, agentes financeiros, académicos, clusters, representantes setoriais, administrações e políticos de Portugal, Bélgica, e da UE, a fim de partilharem a sua visão sobre o momento atual. O evento será organizado em torno dos seguintes tópicos: compreender e otimizar a observação dos oceanos; materiais, infraestruturas inteligentes e robótica marinha, incluindo, por exemplo, drones; análise de dados, extração de dados e ferramentas de apoio à decisão; e educação e envolvimento social. [Inscrição](#).

30 de junho a 2 de julho



145ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu

Os membros do Comité das Regiões Europeu [reunir-se-ão](#) à distância para a 145ª sessão plenária de 30 de junho a 2 de julho de 2021.

A sessão incluirá debates sobre:

- Melhor regulamentação, prospetiva e o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 com Maroš Šefčovič, Vice-Presidente da Comissão Europeia;
- Conferência sobre o Futuro da Europa com declarações dos representantes do respetivo Conselho Executivo;
- Promoção dos valores europeus através da cultura e educação com Margaritis Schinas, Vice-Presidente da Comissão Europeia para a Promoção do Modo de Vida Europeu;
- Plano de Ação para a Democracia Europeia com Věra Jourová, Vice-Presidente da Comissão Europeia para os Valores e a Transparência;
- Pacto Ecológico Europeu - Mobilidade Sustentável Inteligente em regiões, cidades e aldeias com Adina Vălean, Comissária europeia para os Transportes.

2 de julho



Roteiro - Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas

A [Comissão Europeia](#) abriu um período de apresentação de comentários cujo objetivo passa por alargar o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, incluindo, assim, os dados sobre as práticas ambientais e sociais.

A Comissão refere que «com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da Política Agrícola Comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.». Deverá ser apresentada pela Comissão Europeia uma proposta de regulamento (que alterará o Regulamento 1217/2009) no segundo trimestre de 2022.

6 a 10 de julho



GLEX SUMMIT 2021

A segunda edição da Cimeira Global de Exploração do Clube de Exploradores (GLEX), que decorrerá entre os Açores e Lisboa, juntará os principais exploradores do mundo para um encontro sem precedentes onde partilharão experiências, tecnologia de ponta e inovações. Este ano, a Cimeira, será centrada na temática do mar, terá um painel ligado à biodiversidade dos Açores, e ligar-se-á ao público através dos meios de comunicação e da participação do público. [Programa](#) e [Inscrições](#)

12 de julho



Comentários sobre “Produtos biológicos – Importações de países terceiros (regras aplicáveis aos operadores e países da UE)”

A Comissão Europeia [pretende adotar no terceiro trimestre](#) deste ano um regulamento de execução sobre esta matéria (um draft deste regulamento poderá ser consultado na página). A Comissão refere que este regulamento de execução irá «estabelecer as regras aplicáveis à importação de produtos biológicos para a UE, nomeadamente:

- Regras a seguir por determinados operadores europeus aquando da importação para a UE de produtos biológicos e obrigações após a respetiva introdução em livre prática na UE (para que possam ser vendidos como um produto produzido na UE);
- Obrigação de os países da UE notificarem os casos de incumprimento detetados durante os controlos oficiais, efetuados à entrada na UE, de remessas de produtos destinados ao mercado europeu.».

O período de submissão de comentários terminará a 12 de julho.

16 de julho



Consulta pública sobre “Pesca atuneira — Proposta de regulamento que estabelece um programa de documentação das capturas de atum-rabilho”

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a submeter os seus comentários sobre a proposta de regulamento que estabelece um programa de capturas de atum-rabilho. O [período de apresentação de comentários](#) será **encerrado a 16 de julho**, sendo que os comentários devem versar explicitamente a [proposta de regulamento](#) que foi apresentada a 27 de outubro de 2020 [[2020/0302 \(COD\)](#)].

2 de agosto



Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativo à revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental. A Comissão refere que «todos os cidadãos e organizações são bem-vindos a contribuir para esta consulta. São particularmente solicitadas contribuições de (i) Estados-Membros e respetivas autoridades de concessão de ajuda, (ii) associações empresariais e empresas que operam no mercado único europeu, (iii) profissionais do direito e da economia, bem como (iv) organizações de consumidores e ambientais.».

11 de agosto



Consulta pública sobre “Bioeconomia azul — Rumo a um setor das algas forte e sustentável na UE”

Segundo a Comissão Europeia, as «algas representam um recurso largamente inexplorado e que pode ser utilizado — com uma pegada ambiental e de carbono limitada — para produzir alimentos para consumo humano, alimentos para animais, produtos farmacêuticos, bioplásticos, fertilizantes e biocombustíveis. Esta iniciativa define a forma como a UE poderá aumentar a produção sustentável, o consumo seguro e a utilização inovadora de algas e de produtos à base de algas, contribuindo assim para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, para a transição para uma UE ecológica, circular e neutra em termos de carbono e para a recuperação na sequência da COVID.».

O [período de apresentação de comentários](#) relativo a esta iniciativa da Comissão Europeia **encerra a 11 de agosto**. Os comentários resultantes serão tidos em conta e irão influenciar a Comunicação da Comissão, que deverá ser publicada no segundo trimestre de 2022.

31 de agosto



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) com o objetivo de recolher opiniões com vista à revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas. As normas de comercialização estabelecem a qualidade dos produtos comercializados junto dos consumidores através de regras obrigatórias ou de menções reservadas facultativas. Baseiam-se em especificações técnicas dos produtos a fim de definir características comerciais uniformes. No caso dos produtos agrícolas, abrangem a frescura ou a classificação por tamanho, a apresentação, a rotulagem, a embalagem, etc., mas as especificações dos produtos podem também incidir sobre os métodos de transformação e de produção. Anunciada na Estratégia do Prado ao Prato, a revisão segue-se a um [processo de avaliação global](#) das normas de comercialização da UE estabelecidas na organização comum de mercado, nas diretivas «pequeno-almoço» e nos atos legislativos da Comissão. A consulta está aberta durante 12 semanas, de 8 de junho a 31 de agosto de 2021.



Consulta “Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022”

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados a participar até 31 de agosto numa consulta pública, e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022. Após a consulta, a Comissão [apresentará](#) no outono as suas propostas de regulamento de Oportunidades de Pesca para 2022 no Atlântico, Mar do Norte e Mar Báltico, assim como no Mar Mediterrâneo e Mar Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas também incorporarão ajustamentos resultantes da implementação da obrigação de desembarque. Finalmente, o Conselho Pescas da União Europeia discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.



Agricultura

ACORDO INTERINSTITUCIONAL INFORMAL ALCANÇADO RELATIVO À REFORMA DA PAC

A Presidência portuguesa do Conselho [chegou](#) a um acordo provisório com o Parlamento Europeu sobre a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2023-2027.

O acordo abre caminho a uma PAC mais simples, mais justa e mais verde que proporcionará um futuro sustentável para os agricultores europeus. A nova PAC reforça as medidas ambientais e inclui também disposições para assegurar um maior apoio às pequenas explorações agrícolas e ajudar os jovens agricultores a ingressar na profissão.

O acordo é provisório e aguarda aprovação dos ministros da agricultura da União, que se irão reunir na próxima sessão do Conselho Agricultura e Pescas, que terá lugar a 28-29 de junho, tal como da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do [Parlamento Europeu](#), e dos restantes eurodeputados, que se irão reunir em Plenário, entre os dias 5 a 8 de julho.

As negociações interinstitucionais abrangeram os três regulamentos que constituíram o pacote de Reforma da PAC e centraram-se em alguns dos pontos pendentes, incluindo: o orçamento mínimo para pagamentos diretos para os regimes ecológicos e o estabelecimento de um período de aprendizagem para os Estados-Membros; o nível mínimo obrigatório de convergência interna para os pagamentos diretos; uma maior redistribuição dos pagamentos diretos; a inclusão de uma dimensão social na PAC; e o alinhamento da PAC com o Pacto Ecológico Europeu.

Terceira e São Jorge reconhecidas como indemnes de infeção por *Brucella abortus*, *B. melitensis* e *B. suis* em populações de bovinos

As Ilhas da Terceira e de São Jorge passam a ter o [estatuto](#) de indemnidade de infeção por *Brucella abortus*, *B. melitensis* e *B. suis* em populações de bovinos, juntando-se assim às Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo. Este reconhecimento surge após Portugal ter apresentado informações à Comissão Europeia que demonstram o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2020/689.

Relatório Especial sobre os apoios aos produtores de leite na sequência do embargo russo (2014/2016)

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou um [relatório](#) sobre os apoios dados aos produtores de Leite da União Europeia na sequência do embargo decretado pela Rússia, em 2014, aos produtos lácteos comunitários. Segundo o [comunicado de imprensa](#), para o período 2014 a 2016, a «ajuda da UE aos produtores de leite após o embargo russo à importação não foi suficientemente bem orientada (...) O TCE conclui que a Comissão Europeia reagiu rapidamente ao embargo russo. Após ter estimado o volume da perda de exportações de manteiga, queijo e outros produtos lácteos, lançou, logo no final de 2014, um primeiro pacote de apoio financeiro excepcional aos agricultores dos Estados bálticos e da Finlândia, que eram os países mais afetados. No entanto, o TCE observa igualmente que a Comissão demorou mais tempo a corrigir os desequilíbrios de mercado subjacentes. A Comissão concedeu cerca de 390 milhões de euros de fundos da UE para a redução voluntária da produção, disponível em toda a União. Contudo, em reação aos preços historicamente baixos, muitos agricultores já tinham reduzido a sua produção de leite antes da aplicação destas medidas de apoio. Apesar do efeito de estabilização dos rendimentos resultante dos pagamentos diretos, cuja parcela no rendimento das explorações leiteiras atingiu cerca de 35% em 2015 e 2016, os produtores de leite podem enfrentar problemas de tesouraria na sequência de uma súbita queda dos preços. A Comissão procurou resolver esta questão, mas não avaliou a dimensão das dificuldades de tesouraria destas explorações. O TCE constatou que o volume de recursos disponíveis desempenhou um papel importante na dotação orçamental, em detrimento das necessidades efetivas. Os Estados-Membros favoreceram medidas excecionais que fossem simples de executar e optaram por distribuir amplamente os fundos, sem uma grande orientação da ajuda. Para financiar as medidas excecionais aplicadas no período de 2014-2016, a Comissão considerou a possibilidade de recorrer à "reserva para crises no setor agrícola", mas acabou por não o fazer. A fim de estar preparada para futuras crises, como as que podem ser causadas por uma pandemia, a Comissão tentou tirar partido dos ensinamentos retirados. Em especial, para a PAC de 2021-2027, propôs reforçar o papel e o impacto potencial da reserva para crises, flexibilizando a sua utilização. Porém, não avaliou adequadamente os efeitos dos regimes instituídos pelos Estados-Membros, embora, segundo o Tribunal, esta análise pudesse dar um contributo importante para aumentar o grau de preparação para eventuais futuras perturbações no mercado.».



Ambiente

Parlamento Europeu confirma acordo que conduzirá a UE à neutralidade climática até 2050

O Parlamento Europeu, reunido em Bruxelas, [aprovou](#), com 442 votos a favor, 203 contra e 51 abstenções, o acordo interinstitucional relativo à proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o quadro para alcançar a neutralidade climática e que altera o Regulamento (UE) 2018/1999 (vulgo Lei Europeia do Clima), alcançado informalmente com os Estados-Membros em abril. A nova legislação vincula o compromisso político do Pacto Ecológico Europeu de conduzir a UE à neutralidade climática até 2050, além de proporcionar aos cidadãos europeus e às empresas a segurança jurídica e a previsibilidade de que necessitam para planear esta transição. Após 2050, o objetivo da UE será alcançar emissões negativas.

A Comissão Europeia irá propor, o mais tardar seis meses após a primeira revisão global, uma meta para 2040, prevista no [Acordo de Paris](#) para 2023. Em conformidade com a proposta do Parlamento, a Comissão Europeia irá publicar a quantidade máxima de emissões de gases com efeito de estufa que a UE pode emitir até 2050 sem colocar em perigo os compromissos europeus ao abrigo do Acordo. O chamado "orçamento em matéria de emissões de gases com efeito de estufa" será um dos critérios para definir a meta revista da UE para 2040. Até 30 de setembro de 2023, e posteriormente de cinco em cinco anos, a Comissão Europeia irá avaliar os progressos coletivos realizados por todos os Estados-Membros, bem como a coerência das medidas nacionais para alcançar o objetivo europeu de neutralidade climática até 2050. Dada a importância de pareceres científicos independentes, e com base numa proposta do Parlamento Europeu, será criado um Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas para supervisionar os progressos e avaliar se a política europeia é compatível com estes objetivos. Falta agora que o Conselho confirme a posição do Parlamento em primeira leitura para que o [regulamento](#) possa entrar em vigor no 20º dia após a sua publicação.

Comissão Europeia publica novo relatório sobre serviços ecossistémicos no espaço comunitário

A Comissão publicou um novo [relatório](#) que analisa os benefícios que as florestas, rios, pastagens, zonas húmidas e outros ecossistemas proporcionam. Em particular, o relatório mostra como a restauração de ecossistemas degradados tem o potencial de duplicar a contribuição da natureza para a economia e sociedade da UE.

Apesar do papel crucial dos ecossistemas, não existe atualmente uma medição estabelecida e regular da condição dos ecossistemas ou da quantidade de serviços que estes fornecem. O estudo, financiado pelo [projeto EU-INCA](#) e liderado pela Direcção-Geral do Ambiente, o Gabinete Europeu de Estatística ESTAT, o Centro Comum de Investigação e a Agência Europeia do Ambiente, visa abordar esta questão através da criação de um sistema integrado de contas dos ecossistemas da UE. Permite aos cientistas, estatísticos e decisores políticos aprender como os ecossistemas são importantes para a nossa sociedade, que mudanças ocorreram na UE nas últimas décadas e como tudo isto pode ser medido de uma forma normalizada e comparável. A Comissão Europeia vai propor a revisão do [Regulamento sobre Contas Económicas Europeias do Ambiente](#) para alargar a sua cobertura de modo a incluir um novo módulo sobre contabilidade do capital natural.



Cultura

Comissão abre período de convites relativos ao programa Europa Criativa

A Comissão Europeia publicou os restantes convites (os primeiros datam de 26 de maio, num valor de 300 milhões) para os setores cultural e criativo no âmbito da vertente cultural do [programa Europa Criativa](#), disponibilizando um montante total de 88 milhões de euros. Este orçamento cobrirá projetos de cooperação europeia no domínio da cultura, circulação e maior diversidade das obras literárias europeias, e proporcionará formação e oportunidades de desempenho para jovens músicos.

Os convites centram-se, entre outros, na cooperação artística europeia e na inovação em temas como o envolvimento do público, a digitalização da coesão social, e a contribuição para o Pacto Ecológico Europeu. O convite dedicado às plataformas europeias contribuirá especificamente para aumentar a visibilidade, programação e promoção dos artistas emergentes. As organizações interessadas podem agora apresentar candidaturas, com prazos que variam entre o final de agosto e o final de setembro, dependendo dos convites. Mais informações e orientações para os vários convites estão disponíveis [nesta página web](#).



Competitividade, Coesão e solidariedade interna da UE

Painel Europeu da Inovação

A Comissão lançou no dia 21 de junho o [Painel Europeu da Inovação de 2021](#), que mostra que o desempenho em matéria de inovação continua a melhorar em toda a UE. Em média, o desempenho em matéria de inovação aumentou 12,5 % desde 2014. A convergência na UE é contínua, estando os países com um pior desempenho a crescer mais rapidamente do que os países com um melhor desempenho, o que colmata o fosso entre eles em matéria de inovação. De acordo com o [Painel Regional da Inovação de 2021](#), também publicado, esta tendência aplica-se à inovação em todas as regiões da UE. Quanto ao panorama global, o desempenho da UE é melhor do que o de concorrentes como a China, o Brasil, a África do Sul, a Rússia e a Índia, ao passo que a Coreia do Sul, o Canadá, a Austrália, os Estados Unidos e o Japão detêm a liderança em relação à UE. O Painel Europeu da Inovação deste ano baseia-se num quadro revisto que inclui novos indicadores sobre a digitalização e a sustentabilidade ambiental, o que torna o painel mais consentâneo com as prioridades políticas da UE. A [Região Autónoma dos Açores \(PT2\)](#) é considerada uma "Região Emergente em termos de Inovação". O desempenho da inovação tem aumentado ao longo do tempo (6.5%).

Plataforma europeia de combate à situação dos sem-abrigo

Os 27 Estados-Membros, as instituições europeias, os parceiros sociais e a demais sociedade assinaram [a Declaração de Lisboa sobre a Plataforma Europeia de Combate à Situação dos Sem-Abrigo](#). Os 27 Estados-Membros da UE comprometem-se assim a adotar um conjunto de princípios para combater este fenómeno até 2030: ninguém tenha de dormir na rua por falta de alojamento de emergência acessível, seguro e adequado; ninguém tenha de viver num alojamento de emergência ou de transição mais tempo do que o necessário para uma evolução bem-sucedida; ninguém saia de nenhuma instituição (seja ela prisão, hospital ou centro de cuidados) sem uma oferta de alojamento adequado; ninguém seja despejado sem receber assistência para uma solução de alojamento adequada, quando necessário; ninguém seja discriminado devido ao seu estatuto de sem-abrigo.

O lançamento da plataforma foi [formalizado](#) esta segunda-feira em Lisboa, numa Conferência de Alto Nível organizada pela Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, na qual participaram os ministros dos 27, bem como o Comissário europeu do Emprego e Assuntos Sociais, Nicolas Schmit e o embaixador Yves Leterme, que será o coordenador da plataforma a nível europeu. Este será um instrumento para partilhar conhecimentos e aprendizagem mútua, melhorar as práticas e adotar

abordagens inovadoras para avançar nesta matéria, reforçar a cooperação entre todas as partes envolvidas e melhorar o processo de monitorização deste fenómeno, com o objetivo de o erradicar até 2030.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

UE e República de Angola lançam negociações para o primeiro Acordo de Fomento do Investimento Sustentável

A Comissão Europeia [deu](#) início a uma primeira ronda de negociações com a República de Angola tendo em vista um Acordo de Fomento do Investimento Sustentável. Trata-se do primeiro acordo bilateral de fomento do investimento negociado pela UE. O acordo terá base na boa governação e na cooperação, e dará especial importância à concretização dos seguintes objetivos: promoção do investimento, reforçando a transparência e a previsibilidade das medidas de investimento; simplificação de procedimentos, incentivo à administração pública em linha e reforço do diálogo público-privado; promoção do desenvolvimento sustentável e do investimento responsável; contributo para a diversificação económica de Angola; auxílio às pequenas e médias empresas (PME) que enfrentam dificuldades em investir no estrangeiro; apoio aos esforços de Angola para atrair e reter investimento, melhorando o clima de investimento tanto para os investidores estrangeiros como para os investidores locais.

Os acordos de investimento sustentável com África e a vizinhança meridional são um dos elementos de uma estratégia mais alargada da UE para intensificar o seu compromisso com os parceiros africanos, a fim de libertar o seu potencial económico, fomentar a diversificação económica e promover o crescimento inclusivo. Estes acordos destinam-se a reforçar ainda mais as relações a nível de comércio e investimento sustentáveis entre os dois continentes e também no interior de África.

Recém-reeleito Secretário-Geral da ONU reitera a necessidade de um plano global de vacinação para a COVID-19 num discurso no Parlamento Europeu

No seu segundo [discurso no Parlamento Europeu](#) enquanto Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres disse que a pandemia da COVID-19 revelou sistemas de saúde totalmente inadequados, enormes lacunas na proteção social e grandes desigualdades entre os países e dentro deles.

“Enquanto alguns países estão a começar lentamente a ver a luz ao fundo do túnel, o vírus continua a ser uma realidade ameaçadora em muitos locais do globo e, portanto, para todos nós”, [destacou](#), pedindo que os esforços de vacinação global sejam intensificados, em particular quando se trata de África.

Guterres também reiterou a necessidade de uma estratégia global de vacinação e dos países produtores de vacinas se unirem numa missão de emergência, apoiada pela Organização Mundial da Saúde, a Gavi Vaccine Alliance e instituições financeiras internacionais, para mobilizar as empresas farmacêuticas e os principais atores industriais.

Além disso, Guterres abordou outras questões relacionadas com as temáticas do desenvolvimento, desequilíbrios e desigualdades sociais e económicas por todo o mundo, bem como a crise climática e como combatê-la, a ilegalidade no espaço cibernético, o multilateralismo, entre outras.



Estado de Direito

Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia: convite à apresentação de candidaturas

A 22 de junho, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o [website](#) e o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O prémio recompensará anualmente um jornalismo de excelência que fomente e defenda os princípios fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

Podem candidatar-se jornalistas ou equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade que apresentem artigos de fundo publicados ou difundidos nos meios de comunicação social sediados num dos 27 países da UE. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade, da igualdade e da oportunidade.

O vencedor será escolhido por um júri independente, composto por representantes da imprensa e da sociedade civil dos 27 Estados-Membros, bem como das principais associações de jornalismo europeias. A cerimónia de entrega do prémio decorrerá anualmente por volta de 16 de outubro, data do assassinato de Daphne Caruana Galizia. Em 2021, a cerimónia será realizada na quinta-feira, 14 de outubro, no Parlamento Europeu. O prémio terá um valor de 20 mil.

Dezassete países da UE apelam à Comissão Europeia para que adote medidas em relação à Hungria

Numa [declaração](#) assinada, no dia 22 de junho, pela Bélgica, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha, Suécia, Itália, Grécia, Áustria e Chipre, os Estados-Membros signatários afirmam que as emendas introduzidas pelo governo húngaro representam "uma forma flagrante de discriminação baseada na

orientação sexual, identidade e expressão de género e, por conseguinte, merece ser condenada". Esta forte reprimenda surgiu na sequência da [reunião do Conselho \(Assuntos Gerais\)](#), onde se abordou [a proposta de Decisão do Conselho](#) relativa à verificação de um risco manifesto de violação grave, pela Hungria, dos valores em que a União se funda, e onde se debateu o estado atual de direito na Hungria, desde a independência do poder judicial à liberdade dos meios de comunicação social.

Provedor de Justiça Europeu: novas regras

Os eurodeputados [adotaram um estatuto modernizado](#), no dia 23 de junho, que permitirá reforçar as funções associadas ao cargo de Provedor de Justiça Europeu. Os negociadores do Parlamento chegaram a um acordo sobre as regras com o Conselho e a Comissão em maio de 2021, após um par de anos de impasse político. O Provedor de Justiça Europeu tem por objetivo proteger os interesses das pessoas e investigar casos nos quais uma instituição ou órgão da União Europeia tenha alegadamente agido em violação da lei ou das boas práticas administrativas. Os casos podem dizer respeito a irregularidades administrativas, discriminação, abuso de poder ou ausência de ação.

O estatuto atualizado confirma o direito do(a) Provedor(a) de Justiça a agir não só em relação a queixas, mas também a conduzir inquéritos de iniciativa própria para identificar casos recorrentes ou particularmente graves de má administração por parte de instituições da UE. As regras dão ao Provedor de Justiça o direito a pedir acesso a informações ou documentos classificados associados a um inquérito em curso. As autoridades dos Estados-Membros também podem receber um pedido para partilhar informação.

A pessoa que ocupa o cargo de Provedor de Justiça Europeu é eleita pelo Parlamento Europeu no início de cada legislatura. Os candidatos futuros não poderão ter sido membros do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu, da Comissão Europeia ou de um governo nacional nos dois anos que precedem à sua candidatura. Este pré-requisito visa salvaguardar a independência do(a) Provedor(a) de Justiça.

Economia, Empresas

Programas de Recuperação e Resiliência

Esta semana a Comissão Europeia aprovou os Programas de Recuperação e Resiliência da [Áustria](#) (3,5 mil milhões de euros), [Eslováquia](#) (6,3 mil milhões), [Letónia](#) (1,8 mil milhões), [Alemanha](#) (25,6 mil milhões), [Itália](#) (191,5 mil milhões), [Bélgica](#) (5,9 mil milhões), e [França](#) (39,4 mil milhões).

Emprego e Formação

Abertura do período de convites à apresentação de propostas para apoiar a formação, o desenvolvimento de competências e as carreiras dos investigadores

A Comissão Europeia [anunciou](#) novos [convites à apresentação de propostas](#) para apoiar a formação, o desenvolvimento de competências e as carreiras dos investigadores no âmbito das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#), o emblemático programa da UE para o financiamento de estudos de doutoramento e formação pós-doutoramento no âmbito do programa [Horizonte Europa](#). Os [convites à apresentação de propostas](#) surgem na sequência da adoção do [programa de trabalho Horizonte Europa para 2021-2022](#).

Com um orçamento total de 6,6 mil milhões de euros para o período entre 2021 e 2027, as Ações Marie Skłodowska-Curie apoiam investigadores de todo o mundo, em todas as fases das suas carreiras e em todas as áreas. As ações beneficiam igualmente as instituições, apoiando programas de doutoramento e pós-doutoramento de excelência e projetos de investigação e inovação colaborativos, reforçando a sua atratividade e visibilidade a nível mundial e promovendo a cooperação fora do mundo académico, nomeadamente com as grandes empresas e as PME.

Energia

Prémio "Ilhas RESponsáveis" para a transição local de energias renováveis

A Comissão Europeia [anunciou](#) que a [ilha dinamarquesa de Ærø](#) é a vencedora da edição 2020 do Prémio da UE "Ilha Responsável". Ærø ganhou o título em reconhecimento pelas suas soluções energéticas inovadoras e pela sua contribuição para uma Europa sustentável e amiga do clima. O prémio, anunciado durante as Jornadas Europeias de Investigação e

Inovação 2021, vem com um prémio monetário de 500 mil euros financiado pelo Horizonte 2020, o programa de investigação e inovação da UE (2014-2020).

O segundo prémio de 250 mil euros foi para a [ilha de El Hierro](#), parte das Ilhas Canárias em Espanha, e o terceiro prémio de 100 mil euros para a [ilha de Tilos](#) na Grécia. De acordo com a Comissão, os três vencedores mostraram importantes realizações na transição para energias limpas, e por conseguirem envolver as comunidades locais na transição para sistemas de energia totalmente renováveis.

O principal vencedor, Ærø, tem uma quota notavelmente elevada de energias renováveis na produção total de eletricidade, sendo a energia eólica a de maior relevância. Além disso, soluções inovadoras de aquecimento solar e de biomassa são utilizadas em todos os edifícios públicos para aquecimento e arrefecimento. Uma atual intensificação dos esforços nos transportes abre o caminho para que a ilha de Ærø se torne inteiramente livre de energia fóssil em 2030. A ilha destaca com sucesso a importância de um forte envolvimento dos cidadãos e da copropriedade para a transição em torno da energia limpa, o que pode ser um bom exemplo a seguir por outras ilhas e comunidades energéticas.

Com o arranque da sua central hidroelétrica com bomba eólica combinada, El Hierro atingiu um nível médio de quase 60% de eletricidade proveniente de fontes renováveis. A ilha oferece eletricidade gratuita para veículos elétricos. El Hierro é um exemplo de um sistema energético de base renovável bem-sucedido e altamente inovador para as comunidades em transição energética.

Nos últimos anos, a ilha de Tilos tem acelerado o ritmo da transição energética graças ao empenho do município local e à cultura pró-ambiental dos seus cidadãos. O seu modelo inovador de energia com recurso ao vento e ao sol à escala comunitária, armazenamento de energia em bateria e gestão avançada de energia inspirará outras ilhas e comunidades locais.

A Comissão Europeia acrescenta que «mais de 20 milhões de cidadãos da UE vivem em ilhas. Estas ilhas têm frequentemente elevados custos energéticos, mas podem beneficiar da transição para fontes de energia renováveis de muitas maneiras, tais como a criação de emprego local e turismo sustentável. As ilhas são, portanto, laboratórios de ensaio ideais para desenvolver tecnologias energéticas inovadoras e podem servir como modelos de transição energética para as pequenas comunidades em geral.

A Comissão Europeia [lançou](#) o [Prémio “Ilhas Responsáveis” em 2019](#) para valorizar os resultados obtidos na produção local de energia renovável para eletricidade, aquecimento, arrefecimento e transporte nas ilhas. O nome do prémio refere-se à combinação de energias renováveis (RES) e responsabilidade.

Os vencedores foram selecionados com base na quota de energias renováveis produzidas por tecnologias energéticas inovadoras, sustentabilidade, impacto ambiental e socioeconómico, envolvimento dos cidadãos e da comunidade, bem como reprodutibilidade da solução. O prémio está em conformidade com a [Iniciativa de Energia Limpa para as Ilhas da UE](#), que proporciona um quadro a longo prazo para ajudar as ilhas a gerar a sua própria energia sustentável e de baixo custo. Contribuiu também para a [Missão Desafio de Inovação 2 sobre Eletricidade Fora da Rede](#) com o objetivo de desenvolver sistemas que permitam às famílias e comunidades fora da rede o acesso a eletricidade renovável acessível e fiável.



Fundos, financiamentos e prémios

“Pacote Coesão” no valor de 243 mil milhões de euros aprovado pelo Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu [aprovou](#) formalmente os três fundos que compõem o pacote relativo às políticas de coesão, que permitirão reforçar a coesão económica, social e territorial da UE ao longo dos próximos sete anos, com enfoque na ação climática, justiça social, desenvolvimento urbano sustentável e superação dos efeitos da pandemia. Com a conclusão desta etapa legislativa (confirmação em segunda leitura por parte do Parlamento Europeu da posição do Conselho em primeira leitura), os regulamentos e os fundos em questão ([FEDER](#), [FUNDO DE COESÃO](#) E [INTERREG](#)) poderão finalmente responder aos anseios da sociedade, já que entrarão em vigor no dia 1 de julho, um dia após terem sido publicados em Jornal Oficial da União Europeia.

Serão mais de 243 mil milhões de euros (a preços de 2018), isto é, ¼ do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027, que passará a ficar disponível, com discriminação muito positiva para as RUP. Só em relação ao Interreg, no âmbito da cooperação das Regiões Ultraperiféricas tendo em vista facilitar a integração e desenvolvimento harmonioso das mesmas, estão alocados mais de 280 milhões de euros (3,5% do total).

Fundo do Conselho Europeu da Inovação: investimentos em capitais próprios superam 500 milhões de EUR em inovações radicais

A Comissão Europeia anunciou, no dia 24 de junho, a segunda ronda de investimentos diretos em capitais próprios através do novo [Fundo do Conselho Europeu de Inovação \(CEI\)](#). Lançado em 2020, o Fundo CEI aprovou até à data 111 investimentos em

empresas em fase de arranque (start-ups) e em pequenas e médias empresas (PME) altamente inovadoras, num total de mais de 500 milhões de EUR, para desenvolver e expandir inovações radicais em domínios como a saúde, a economia circular e a Internet das Coisas (IdC). Foram apresentados 69 novos investimentos em relação ao primeiro anúncio de janeiro, o que constitui uma base sólida para o Fundo CEI no âmbito do Horizonte Europa, que deverá investir mais de 3,5 mil milhões de EUR nos próximos sete anos.

Os investimentos em capitais próprios, que vão de meio milhão a 15 milhões de EUR por empresa, complementam o financiamento sob a forma de subvenções até 2,5 milhões de EUR, que já foi concedido através do Acelerador do CEI. Todos os investimentos são precedidos de uma avaliação exaustiva por peritos externos, de um processo de diligência devida supervisionado pelo [Comité de Investimento](#) do Fundo CEI e de uma decisão final do [Conselho de Administração](#) do Fundo CEI. As participações no capital do Fundo CEI variam entre 10 % e 25 % e são normalmente utilizadas para alavancar outros investidores enquanto parte de uma ronda maior de financiamento.

A empresa portuguesa [Ophiomics](#), que está a desenvolver uma ferramenta de precisão para transplantes do fígado com base na assinatura molecular, é um dos exemplos dos investimentos recentemente assinados.

O Fundo CEI fornece capital paciente, investe em empresas de todos os setores e em todos os países da União e países associados ao Horizonte 2020, e visa colmatar um défice de financiamento crítico. Não tem por principal objetivo maximizar o retorno do investimento financeiro, mas sim produzir um impacto forte ao acompanhar empresas com tecnologias disruptivas no seu crescimento. Visa atrair intervenientes no mercado, partilhando os riscos mediante a criação de uma vasta rede de fornecedores de capital e de parceiros estratégicos adequados para coinvestimentos e financiamento subsequente. O Fundo CEI presta particular atenção à capacitação e à prestação de apoio às mulheres fundadoras de empresas, procurando igualmente contribuir para reduzir as lacunas de inovação entre os países da União.

O Fundo CEI foi lançado no âmbito da fase-piloto do CEI para investir nas 159 empresas selecionadas ao abrigo do Acelerador-piloto do CEI. Tendo em conta o sucesso da experiência, o Fundo CEI irá prosseguir no âmbito do Horizonte Europa e sofrerá melhorias, a fim de investir em empresas em fase de arranque e em PME selecionadas para financiamento pelo programa integral do CEI. Os primeiros investimentos ao abrigo do programa integral do CEI deverão realizar-se ainda este ano, após o primeiro prazo para as empresas enviarem candidaturas completas ao Acelerador do CEI, em 16 de junho de 2021



Mar e Pescas

Portugal reeleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental

Portugal foi [reeleito](#), por aclamação, para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) no dia 21 de junho, em Paris. A participação de Portugal neste órgão da UNESCO reflete a prioridade que Portugal confere à temática dos oceanos, nomeadamente no quadro da Década das Nações Unidas para a Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da qual se destaca a segunda Conferência das Nações Unidas dos Oceanos, que terá lugar em Lisboa, em junho/julho de 2022. Portugal compromete-se a desempenhar o mandato para o qual foi eleito no respeito pelas suas acrescidas responsabilidades nos assuntos do mar, continuando a promover o conhecimento científico dos oceanos ao nível global, numa abordagem multilateral, integrada, dialogante e construtiva.

A participação de Portugal neste órgão da UNESCO reflete a prioridade que Portugal confere à temática dos oceanos, nomeadamente no quadro da Década das Nações Unidas para a Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da qual se destaca a segunda Conferência das Nações Unidas dos Oceanos, que terá lugar em Lisboa, em junho/julho de 2022.

Portugal compromete-se a desempenhar o mandato para o qual foi eleito no respeito pelas suas acrescidas responsabilidades nos assuntos do mar, continuando a promover o conhecimento científico dos oceanos ao nível global, numa abordagem multilateral, integrada, dialogante e construtiva.

Comunicação da Comissão Europeia sobre o FEAMPA

A Comissão Europeia, numa [comunicação](#) remetida aos Estados-Membros, congratulou-se «com os resultados das negociações interinstitucionais, pelo que aceita a posição do Conselho em primeira leitura». Para a Comissão, as principais, entre outras, características deste acordo relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura são:

- Aumento do limite máximo para compensação dos custos adicionais nas Regiões Ultraperiféricas de 50 % para 60 % das dotações reservadas para estas regiões, com a possibilidade de um novo aumento de 10 pontos percentuais, se devidamente justificado pelos Estados-Membros no seu programa;

- Taxa máxima única de cofinanciamento de 70 %, em vez de uma taxa específica para cada objetivo específico. A única exceção é a taxa de 100 % para a compensação dos custos adicionais para as Regiões Ultraperiféricas, tal como na proposta inicial.

Houve ainda lugar para uma Declaração da Comissão sobre os auxílios estatais para a renovação das frotas nas Regiões Ultraperiféricas. Nesta declaração, «a Comissão regista as dificuldades encontradas até à data para conceder auxílios estatais para a renovação das frotas nas regiões ultraperiféricas. Tendo em vista o desenvolvimento sustentável dessas regiões, a Comissão procurará ajudar os Estados-Membros a melhorar a recolha dos dados científicos necessários para cumprir a condição de elegibilidade estabelecida nas orientações relativas aos auxílios estatais, a fim de facilitar a aplicação das orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura nas regiões ultraperiféricas.»

Entrada em vigor do Acordo para Impedir a Pesca Não Regulamentada no Alto Mar no Oceano Ártico Central

Atualmente, não há pesca comercial no alto mar do Oceano Ártico Central, uma área que tem aproximadamente a dimensão do Mar Mediterrâneo, e também não existe nenhuma organização ou acordo regional de gestão das pescas para toda a zona. No entanto, devido aos impactos das alterações climáticas, não se pode excluir a possibilidade de ocorrerem unidades populacionais de peixes comercialmente interessantes e que conduzam a atividades de pesca no Oceano Ártico Central a médio e longo prazo. Para abordar esta questão proactivamente, a UE e nove países assinaram este [acordo internacional](#) em 2018, após dois anos de negociações. O [Acordo](#) aplica uma abordagem preventiva e científica à pesca, proibindo as atividades de pesca não regulamentadas no Oceano Ártico Central, enquanto é criado um programa científico conjunto para melhorar a compreensão das Partes sobre os ecossistemas e o potencial de pesca. O Acordo estará inicialmente em vigor por um período de 16 anos, até 2037. O Acordo é um resultado essencial no âmbito da [Agenda da UE sobre a Governança Internacional dos Oceanos](#) e da [Política da UE para o Ártico](#).



Saúde

Principais conclusões do grupo de avaliação sobre o Glifosato

O grupo de trabalho refere que, em termos gerais, o glifosato [cumpre](#) os critérios de aprovação para a saúde humana, tal como estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1107/2009, abrindo assim caminho para que haja a renovação da aprovação da utilização da substância ativa em produtos fitofarmacêuticos (termina em 2022). A avaliação do pedido de renovação do glifosato na UE foi realizada pelo grupo de avaliação, consistindo das autoridades competentes para a avaliação das substâncias ativas da França, da Hungria, do Países Baixos e Suécia. No dia 15 de junho de 2021, o projeto de Relatório de Avaliação de Renovação (dRAR) e um dossier CLH foram enviados pelo grupo de avaliação para a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) e para a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) que publicarão os seus relatórios e organizarão consultas públicas em conformidade com os seus respetivos quadros regulamentares. Posteriormente, a EFSA e o Comité de Avaliação de Riscos (CCR) da ECHA formularão as suas conclusões. Finalmente, a Comissão Europeia formulará uma proposta de decisão relativamente à renovação da aprovação.

Vacinas COVID-19: Comissão Europeia ativa, para 2022, compra de 150 milhões de doses opcionais de vacinas da Moderna

A Comissão Europeia [aprovou](#) uma alteração ao segundo contrato com a empresa farmacêutica Moderna para a ativação, em nome de todos os Estados-Membros da UE, de 150 milhões de doses adicionais em 2022. O contrato revisto prevê a possibilidade de adquirir vacinas adaptadas às variantes do vírus, bem como vacinas para uso pediátrico e vacinas de reforço. Graças à cooperação bem estabelecida com a empresa, o contrato também garante a entrega atempada a partir do terceiro trimestre de 2021 até ao final de 2022 e a possibilidade de o adaptar às necessidades de cada Estado-Membro em função da sua situação epidemiológica. Os Estados-Membros têm a possibilidade de revender ou doar doses a países necessitados fora da UE através do instrumento COVAX, contribuindo para um acesso global e justo às vacinas em todo o mundo.

Avaliação das Tecnologias da Saúde: Acordo informal entre o Conselho e o Parlamento Europeu

Os negociadores do [Parlamento Europeu](#) e do [Conselho da União Europeia](#) chegaram a um [acordo provisório](#) sobre o aumento da cooperação entre Estados-Membros na avaliação das tecnologias da saúde (HTA), dando-se um passo importante no sentido da adoção de novas regras que irão beneficiar o acesso dos doentes a medicamentos e dispositivos médicos, tal como simplificar o procedimento de apresentação para os produtores de tais tecnologias. As novas regras preveem a cooperação dos Estados-Membros a nível da UE em matéria de avaliações clínicas conjuntas e consultas científicas conjuntas sobre tecnologias da saúde. Este trabalho conjunto fornecerá informações científicas valiosas às autoridades sanitárias nacionais.

A avaliação das tecnologias da saúde é uma ferramenta baseada na investigação para apoiar a tomada de decisões em matéria de cuidados de saúde. A HTA avalia o valor acrescentado de tecnologias de saúde novas ou existentes - medicamentos, dispositivos médicos e ferramentas de diagnóstico, procedimentos cirúrgicos, bem como medidas de prevenção, diagnóstico ou tratamento de doenças - em comparação com outras tecnologias de saúde. O processo HTA é realizado atualmente por

cerca de 50 agências HTA europeias. O regulamento proposto pela Comissão em janeiro de 2018 visa reforçar a cooperação a nível da UE entre os Estados-Membros para a avaliação das tecnologias da saúde.

Acesso universal à saúde sexual e reprodutiva deve ser garantido em toda a UE

Os eurodeputados [exortam](#) os Estados-Membros a proteger e melhorar ainda mais a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres num relatório aprovado na quinta-feira. Com 378 votos a favor, 255 contra e 42 abstenções, o Parlamento Europeu afirma que o direito à saúde, em particular a sexual e reprodutiva, é um pilar fundamental dos direitos das mulheres e da igualdade de género e não pode ser atenuado ou retirado de nenhuma forma. O relatório afirma que as violações do direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres são uma forma de violência contra as mulheres e raparigas e impedem melhoras na igualdade de género. Os parlamentares apelam aos países da UE para que garantam às mulheres um acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade, abrangentes e acessíveis, e que removam todas as barreiras que as impedem de utilizar estes serviços. Os eurodeputados salientam que alguns Estados-membros ainda têm leis altamente restritivas que proíbem o aborto, exceto em circunstâncias estritamente definidas, forçando as mulheres a procurar abortos clandestinos ou a levar a gravidez a termo contra a sua vontade, o que é uma violação dos seus direitos humanos. Os parlamentares exortam todos os países europeus a garantir o acesso universal ao aborto seguro e legal. O aborto solicitado deve ser considerado legal no início da gravidez e também num estágio mais avançado, caso a saúde da grávida esteja em perigo. A proibição total do acesso ao aborto é uma forma de violência de género, observam.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites.

Lançamento do Programa Espacial da União Europeia

O lançamento do Programa Espacial da União Europeia foi [assinado](#) durante uma Conferência de Alto Nível em Bruxelas, que contou com a intervenção do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, do Comissário europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, do Diretor Executivo da Agência para o Programa Espacial da União Europeia (EUSPA, sigla em inglês), Rodrigo da Costa, e do Diretor Geral da Agência Espacial Europeia (ESA, sigla em inglês), Josef Aschbacher.

Durante o evento foi assinado entre a Comissão Europeia, a ESA e a EUSPA o acordo de parceria para o financiamento do Programa Espacial da União Europeia liderado pelo português Rodrigo da Costa, e que visa, no período 2021-2027, impulsionar as atividades espaciais, o desenvolvimento científico e tecnológico e a competitividade e inovação da indústria espacial europeia. Trata-se de um marco importante no setor espacial europeu que permitirá concretizar a Agenda Espacial Europeia assente no Instrumento de Recuperação Europeu, nomeadamente tendo em vista as transições digital e ambiental.

Cibersegurança da UE: Comissão propõe uma ciberunidade conjunta para reforçar a resposta a incidentes de segurança em grande escala

Para fazer face ao número crescente de ciberincidentes graves que afetam os serviços públicos, bem como a vida das empresas e dos cidadãos em toda a União Europeia, a Comissão Europeia [propôs](#) a criação de uma ciberunidade conjunta através de um processo gradual e transparente em quatro etapas, em regime de responsabilidade partilhada com os Estados-Membros e as diferentes entidades ativas neste domínio. O objetivo é assegurar que a ciberunidade conjunta passe para a fase operacional até 30 de junho de 2022 e que esteja plenamente estabelecida um ano mais tarde, até 30 de junho de 2023. A Agência da União Europeia para a Cibersegurança, ENISA, assegurará o secretariado durante a fase preparatória e a unidade funcionará nas proximidades dos seus escritórios de Bruxelas e do escritório da [CERT-UE](#), a Equipa de Resposta a Emergências Informáticas para as instituições e agências da UE.

Os investimentos necessários para a criação da ciberunidade conjunta serão disponibilizados pela Comissão, principalmente através do [Programa Europa Digital](#). Os fundos serão afetados à criação da plataforma física e virtual, à criação e manutenção de canais de comunicação seguros e à melhoria das capacidades de deteção. O [Fundo Europeu de Defesa](#) poderá proporcionar contribuições adicionais, especialmente para desenvolver as capacidades de ciberdefesa dos Estados-Membros.



Turismo

Conselho atualiza lista de países aos quais devem ser levantadas as restrições de viagem

Na sequência da revisão efetuada ao abrigo da [recomendação](#) relativa ao levantamento gradual das restrições temporárias das viagens não indispensáveis para a UE, o Conselho [atualizou](#) a lista de países, regiões administrativas especiais e outras entidades e autoridades territoriais relativamente aos quais devem ser levantadas as restrições de viagem. Tal como

estipulado na recomendação do Conselho, esta lista continuará a ser revista de duas em duas semanas e, se for caso disso, será atualizada.

Com base nos critérios e condições que a recomendação estabelece, a partir de 18 de junho de 2021, os Estados-Membros devem levantar gradualmente as restrições de viagem aplicadas nas fronteiras externas aos residentes dos seguintes países terceiros: **Albânia, Austrália, Israel, Japão, Líbano, Nova Zelândia, República da Macedónia do Norte, Ruanda, Sérvia, Singapura, Coreia do Sul, Tailândia, Estados Unidos da América, e China**, sob reserva de confirmação da reciprocidade. A recomendação do Conselho não é um instrumento juridicamente vinculativo. Os responsáveis pela aplicação do conteúdo da recomendação são as autoridades dos Estados-Membros, que podem, em total transparência, só progressivamente levantar as restrições de viagem aplicáveis aos países enunciados.



Mobilidade e Transportes

Acordo alcançado sobre a Diretiva de Seguro Automóvel

O Parlamento Europeu e o Conselho [chegaram](#) a um acordo provisório sobre as regras relativas ao seguro automóvel, oferecendo mais proteção, transparência e uma cooperação harmoniosa em toda a UE.

As regras alteradas irão proteger melhor as pessoas feridas em acidentes num Estado-Membro, incluindo as vítimas de um acidente causado por um condutor de outro país da UE. Além disso, as vítimas de acidentes serão protegidas se a companhia de seguros da parte responsável abrir falência, uma vez que as novas regras exigem que os organismos nacionais de indemnização cubram os custos decorrentes de tais casos.

As disposições harmonizam os montantes mínimos de cobertura em toda a UE:

- Para ferimentos: 6 070 000 euros por sinistro ou 1 220 000 euros por pessoa ferida; e
- Para danos à propriedade: 1 220 000 euros por reclamação.

A fim de combater a condução sem seguro, a diretiva alterada permite o controlo transfronteiriço do seguro automóvel. Contudo, tais controlos devem ser não discriminatórios, ser efetuados como parte de controlos regulares, e não exigir que o veículo seja parado.

O acordo introduz a utilização obrigatória de uma única declaração de sinistro e a obrigação de informar os cidadãos sobre a forma como podem reclamar uma indemnização. Além disso, as seguradoras terão de tratar todos os cidadãos da UE de forma igual, aceitando declarações de sinistros de outros Estados-Membros na mesma base que as nacionais, e aplicando descontos nessa base (tais como descontos "bonus-malus").

O acordo terá agora de ser formalmente aprovado pelo Parlamento e pelo Conselho. Uma vez aprovada, a diretiva entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. As novas regras começarão a ser aplicadas 24 meses após a sua entrada em vigor.

Comunicação da Comissão Europeia sobre a Posição do Conselho relativa à adoção do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [comunicou](#) aos Estados-Membros a sua posição em relação ao Mecanismo Interligar a Europa (MIE). A Comissão refere que «de um modo geral, o acordo alcançado preserva os objetivos da proposta inicial da Comissão, mantendo o nível de ambição, mas permitindo a flexibilidade necessária para a execução do MIE. A Comissão aceita a posição adotada pelo Conselho.».

No caso das ações executadas nas Regiões Ultraperiféricas, a taxa máxima de cofinanciamento foi aumentada em até 70 % para os setores dos transportes, da energia e digital. Para as ações executadas ao abrigo dos programas de trabalho em sinergia, a taxa de cofinanciamento pode ser aumentada em 10 %. Por outro lado, a taxa máxima de cofinanciamento da dotação destinada à coesão não pode exceder 85 %. Foi prevista a possibilidade de aumentar a taxa de cofinanciamento em 5 % para projetos realizados por estruturas de gestão integradas, incluindo empresas comuns, tanto no âmbito do orçamento global como das dotações destinadas à coesão.

O MIE tem por objetivo geral desenvolver e modernizar as redes transeuropeias nos domínios dos transportes, da energia e digital e facilitar a cooperação transfronteiriça no domínio das energias renováveis.

No que se refere aos transportes, o MIE visa contribuir para a conclusão da rede transeuropeia de transportes principal até 2030 e da rede global até 2050. O MIE apoia igualmente a modernização da rede RTE-T, em especial a implantação de infraestruturas de combustíveis alternativos e a digitalização dos transportes. Além disso, projetos de infraestruturas de transportes de dupla utilização para fins civis e militares serão implementados no âmbito do MIE.

No domínio da energia, a tónica é colocada na contribuição para o desenvolvimento das redes transeuropeias de energia, para uma maior integração do mercado interno da energia e para a interoperabilidade das redes transfronteiriças e setoriais;

facilitando a cooperação transfronteiriça no domínio das energias renováveis e permitindo a descarbonização através da integração de fontes de energia renováveis.

No domínio digital, o MIE visa contribuir para a implantação de redes digitais de muito alta capacidade e sistemas 5G seguros, bem como para o aumento da resiliência e da capacidade das redes digitais básicas, em consonância com os objetivos de conectividade digital da Europa para 2025 e 2030.



Instituições e Organismos da UE

Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu sobre a relação da PAC com o Clima

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou um [Relatório Especial sobre a relação da PAC com o clima](#) referindo que as «despesas agrícolas da UE não tornaram a agricultura mais respeitadora do clima». O TCE examinou se a PAC relativa a 2014-2020 apoiou práticas de atenuação das alterações climáticas com potencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes de três fontes principais: a produção animal, os fertilizantes químicos e efluentes pecuários, e o uso do solo (terras agrícolas e prados). Examinou igualmente se a PAC incentivou mais práticas eficazes de atenuação no período de 2014-2020 do que no de 2007-2013.

Conclusões do Conselho sobre uma abordagem abrangente para acelerar a execução da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

O Conselho nas suas [conclusões](#) reconhece «a necessidade de concentrar a atenção em ações operacionais concretas a todos os níveis, a fim de acelerar a execução da Agenda 2030 e dos seus ODS através de objetivos, medidas e calendários concretos, que são e continuarão a ser estabelecidos principalmente pelas políticas setoriais, sublinhando, ao mesmo tempo, a importância de alinhar a execução das grandes ambições de uma forma eficaz e coerente com os ODS pertinentes». Por conseguinte, apela a Comissão Europeia para que «proponha essas ações concretas para executar os ODS, com base no documento de trabalho dos respetivos serviços e em conjugação com a concretização das grandes ambições da presidente da Comissão – um Pacto Ecológico Europeu, uma economia ao serviço das pessoas, uma Europa preparada para a era digital, a promoção do modo de vida europeu, uma Europa mais forte no mundo e um novo impulso para a democracia europeia – e com os programas de trabalho anuais da Comissão.».

“Por que razão os fundos europeus para as regiões são importantes?” – Explicação do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu publicou uma explicação relativa aos apoios disponíveis para as regiões da União Europeia. Refere que «além de ajudar as regiões a recuperar da crise da COVID-19 e a reduzir as disparidades, os fundos da UE devem torná-las mais verdes e criar empregos. As regiões europeias continuam a desenvolver-se a ritmos diferentes e o reforço da coesão económica, social e territorial continua a ser uma das principais prioridades da União Europeia (UE). Numa altura em que a pandemia agravou a situação, o desenvolvimento regional e a política de coesão obterão 243 mil milhões de euros da UE para o período de 2021-2027 (nos preços de 2018)». Mais informações sobre os fundos poderão ser acedidas [aqui](#).

Conclusões do Conselho Europeu de 24 e 25 de junho

Os chefes de Estado e de governo da União Europeia, reunidos em Bruxelas, [fizeram](#) um balanço da situação epidemiológica e vacinal, renovando o compromisso de prosseguir os esforços de coordenação em resposta à pandemia de COVID-19. Neste contexto, os dirigentes procuraram eliminar os demais obstáculos que ainda subsistiam relacionados com o direito à livre circulação em toda a UE.

Os líderes abordaram igualmente a situação migratória nas várias rotas, [retomaram](#) os debates respeitantes à Turquia, Rússia, Bielorrússia, Líbia, Etiópia e Sael (missão civil da União Europeia sediada em Bamaco, Mali), debruçaram-se nas temáticas da cibersegurança e da recuperação económica, e tiveram uma sessão particularmente emotiva e acesa em redor das questões do Estado de direito. Foi ainda publicada a [Declaração da Cimeira do Euro](#).

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).

Em aberto



Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhana. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!